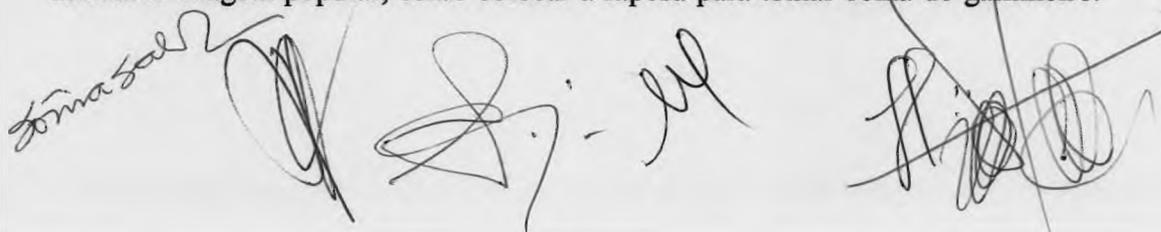


**ATA DA 3ª. SESSÃO, EM 06 DE FEVEREIRO DE 2001****Sessão Ordinária**

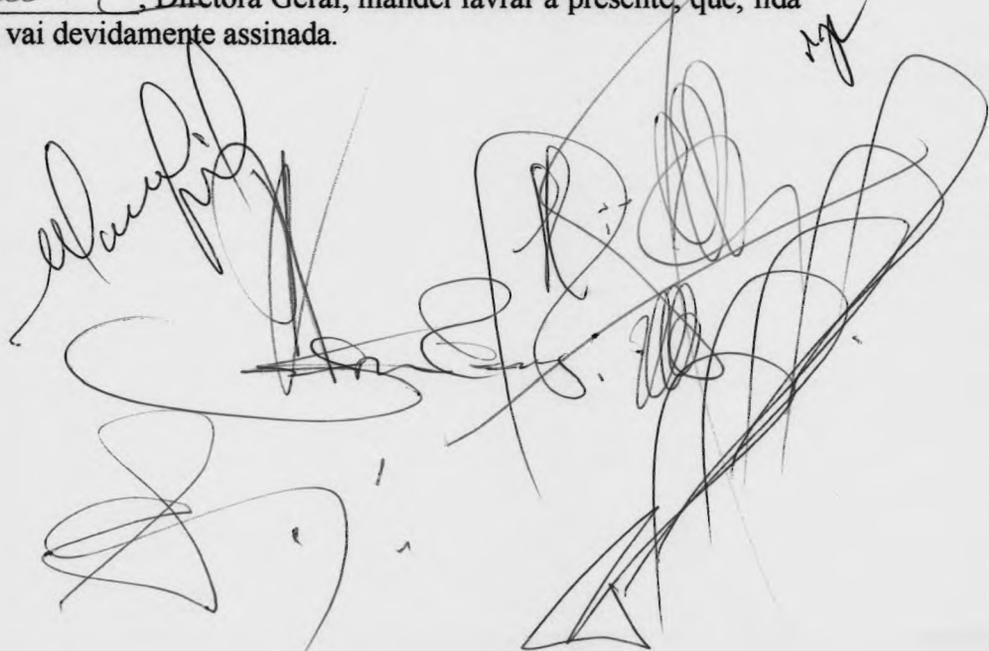
Às dezessete horas do dia seis de fevereiro do ano de dois mil e um, nesta cidade do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, presentes os Excelentíssimos Senhores: Presidente em exercício, Des. Manoel Rafael Neto; Corregedor Regional Eleitoral, Dr. Mauro Alencar de Barros; Juiz do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Dr. Araken Mariz de Faria; Juiz de Direito, Dr. Sérgio Marinho Falcão; Juristas, Dr. Mário Gil Rodrigues Neto e o Dr. José Paes de Andrade; e o Dr. Francisco Rodrigues dos Santos Sobrinho, Procurador Regional Eleitoral, comigo, Sônia Regina de Pontes Galvão, Diretora Geral, foi aberta a sessão. O Des. Presidente convidou, para compor a mesa, o Dr. Dorany Sampaio, Secretário de Estado de Governo, representando o Exmo. Sr. Governador do Estado. Convidou, também, para ocupar as cadeiras centrais do Pleno, os Exmos. Srs. Desembargadores Mauro Jordão, Francisco Sampaio, Bartolomeu Moraes, Napoleão Macedo, Márcio Xavier, Aquino Reis, Zamir Machado, José Fernandes, Joaquim Castro e Rivadávia Brainer. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, o Des. Presidente anunciou aos presentes que esta seria uma sessão solene de posse do Des. Antônio de Pádua Carneiro Camarotti Filho, que ocupará uma das vagas efetivas da classe de Desembargador. Em seguida, o Des. Presidente convidou os Juízes Mauro Alencar e Sérgio Falcão para fazerem ingressar no recinto o Des. Antônio de Pádua Carneiro Camarotti Filho, convocando a Diretora Geral a ler o termo de posse do novo membro desta Corte. Concluída a leitura do termo, o Des. Antônio Camarotti assinou-o, prestou o juramento de praxe e tomou assento entre os demais Juízes. Em seguida, o Des. Presidente passou a palavra ao Juiz Sérgio Falcão para que o mesmo, em nome do Tribunal, saudasse o recém empossado: "Exmo. Sr. Des. Presidente desta egrégia Corte; eméritos Juízes que a compõem; eminentes Desembargadores, Juízes e demais autoridades; Exmo. Sr. Dr. Dorany Sampaio, aqui representando S. Exa., o Governador do Estado; minhas senhoras, meus senhores. Parafraseando aquela figura, que muita gente ainda se lembra da novela, depois transformada em seriado, "O Bem Amado", o Odorico Paraguassu: *'é com a alma lavada e enxaguada, e com a honra elevadíssima'*, que dirijo palavras de boas vindas ao Des. Antônio Camarotti, como componente integrante desta Corte de Justiça. Uma justiça especializada e que, com toda certeza, com a sua presença, emprestará seus conhecimentos jurídicos e dará um brilhantismo ímpar pela sua longa jornada ao longo da Magistratura pernambucana, pela sua jornada como Juiz Eleitoral que foi, em várias comarcas. Eu creio, Des. Camarotti, que V. Exa. se sentirá entre nós no seio de verdadeiros irmãos e amigos. Esta Corte, que conta não sei até quando, também, com um cérebro

Sônia Galvão

privilegiadíssimo, que é o de S. Exa., o Sr. Procurador Regional Eleitoral, Dr. Francisco Rodrigues dos Santos Sobrinho. Esta Corte é privilegiada no País, e privilegiada porque tem um elenco, um corpo de funcionários, com eu diria, uma plêiade de todos aqueles que se dedicam e fazem o corpo, alma e o coração desta Casa. V. Exa. se sinta em casa, e tenha aqui a continuidade da Corte Suprema do Estado, o Tribunal de Justiça de Pernambuco. Tenha em nós, cada um dos componentes, um amigo que, por vezes, poderá divergir de opiniões jurídicas, mas tenha a certeza da seriedade do trabalho desenvolvido nesta Casa, a seriedade de cada um dos seus componentes, Juizes da Corte. E, se me é permitido dizer, eu repito que é com a alma lavada e enxaguada que dirijo as palavras a V. Exa. Mas eu gostaria de dizer, também, que é com a alma lavada e enxaguada, que eu digo que *“os cães ladraram, mas a caravana passa”*. Esta é a filosofia do povo árabe. Os cães ladraram muito, mas a caravana passou. E a caravana aqui chegou. V. Exa. receba o nosso abraço de boas vindas. Um amplexo fraternal, principalmente deste que vos fala. Muito obrigado.” Em seguida, o Dr. Francisco Rodrigues, Procurador Regional Eleitoral, assim se manifestou: “Sr. Presidente, Exmo. Sr. Des. Antônio Camarotti, ora empossado nesta Corte; Srs. Juizes deste Colendo Tribunal; Srs. Desembargadores e demais magistrados aqui presentes; Exmo. Sr. Dorany Sampaio, representante do governador do Estado; senhores representantes do Ministério Público; senhores advogados; minhas senhoras e meus senhores. Já vai longe a época do final dos anos 1800, a última quadra do século, que Ambrose Bierce dizia a respeito do eleitor, na sua obra Dicionário do Diabo, que eleitor é: *“alguém que goza do sagrado privilégio de votar numa pessoa escolhida por outrem”*. No Brasil, durante toda a república velha, os representantes do povo, se assim se poderia dizer, eram escolhidos a bico de pena e a eleição era uma mera pantomima para sacramentar os previamente escolhidos. A respeito de tais eleições, mesmo com esse método de prévia escolha, dizia Gilberto Amado na sua obra Presença na Política: *“Que na república velha as eleições eram falsas, mas a representação era verdadeira. As eleições não prestavam, mas os deputados e senadores eram os melhores que podíamos ter”*. Nas eleições de hoje em dia o povo, soberanamente, escolhe aqueles que julga serem os melhores para representá-lo e para administrar a coisa pública. No entanto, mais do que nunca, em toda a nossa história, fatores indesejáveis buscam conturbar o processo eleitoral. Refiro-me aos abusos do poder político, do poder econômico, aos abusos do poder dos meios de comunicação, que tendem a falsear a verdade eleitoral. A Justiça Eleitoral, então, está aí para frear tais abusos, para coibir essas distorções. É bem verdade que aqui e acolá a gente vê algumas pessoas levantando vozes para clamar pela extinção da Justiça Eleitoral. Coincidentemente, esses que assim clamam, são aqueles que buscam valer-se de tais subterfúgios. Na verdade, não precisa grande esforço de imaginação para que a gente possa pensar o que ocorreria no instante em que acabasse a Justiça Eleitoral, e os próprios partidos políticos, e aqueles que buscam valer-se de tais meios fossem os encarregados de fiscalizar as eleições. Iríamos, sem sombra de dúvida, retroceder. Na verdade, são esses que buscam obter mandatos eletivos de forma ilegítima os que clamam por essa extinção, e essa extinção seria, para utilizar a imagem popular, como colocar a raposa para tomar conta do galinheiro.

Tomaz Sal


Na verdade, o que a gente tem é que as Cortes Eleitorais têm sido uma barreira a esse afã de obter mandatos na marra, obter mandatos valendo-se de tais meios escusos e, nesse aspecto, esta Corte, como as demais, e esta Corte em especial, pois sou testemunha ocular disso, tem demonstrado altivez e tem se portado à altura do desafio e, inclusive, colocou-se, a partir da nova constituição, a denominada Constituição cidadã, a fazer com que, realmente, o povo escolha os seus representantes. Surgiu agora a Lei de Responsabilidade Fiscal, indiscutivelmente, um grande avanço. Aqueles que falam contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, ou fazem por desconhecer a lei, ou fazem porque ela é mais uma barreira para o avanço sobre a coisa pública. Des. Camarotti, V. Exa. chega a esta Corte num instante extremamente rico, porque a partir de agora, penso, como um otimista incorrigível que sou, que abrir-se-á uma oportunidade para que as Cortes Eleitorais possam alijar, de pronto e definitivamente, todos aqueles maus administradores que buscam valer-se da coisa pública em proveito próprio. Lembraria a V. Exa., apenas, o que diz a Bíblia. Em Tobias, encontramos: *“Exerce a justiça todos os dias da tua vida e não andes pelos caminhos da injustiça. Se praticares a verdade serás feliz em tuas obras como todos os que exercem a justiça.”* E assim o proclamo, porque entendo que esta Corte tem demonstrado com altivez, em alto e bom som, que aqui se busca exercer a justiça. A tarefa é árdua. Seja bem vindo, contamos com o senhor.” Posteriormente, o Des. Presidente facultou a palavra ao Des. Antônio Camarotti, que assim se posicionou: “Senhor Presidente, dentro da minha simplicidade, eu pediria a Vossa Excelência, rogando até, que me dispensasse dessa oportunidade. A não ser para agradecer os votos de boas vindas que me foram dirigidos pelo Tribunal, através da pessoa deste Juiz que é mais do que um amigo e mais do que um irmão, que acompanho a sua vida desde muito jovem, e o encaminhei, de certa forma, para a Magistratura, após o falecimento de seu pai, e, agradecer também pelas palavras extremamente generosas do Ministério Público Federal, aqui representado por esta pérola do *Parquet*, que é o Dr. Francisco Rodrigues dos Santos Sobrinho. Com essas palavras, eu quero me declarar muito satisfeito e muito feliz entre todos os colegas aqui presentes.” Em seguida, o Des. Presidente informou que a eleição para a presidência desta Casa será realizada na próxima sessão. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, do que, para constar, eu Sônia Salati, Diretora Geral, mandei lavrar a presente, que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

The bottom of the page contains several handwritten signatures and scribbles in black ink. On the left, there is a large, stylized signature that appears to be 'Sônia Salati'. To its right, there are several other signatures, some of which are very dense and overlapping, making them difficult to read. There are also some loose scribbles and lines scattered across the bottom right area.